

CONTRIBUIÇÕES DO CONHECIMENTO POPULAR PARA A PERMANÊNCIA DO AGRICULTOR FAMILIAR NA TERRA E A CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO SANTA RITA, JATAÍ (GO)

Jordana Rezende Souza Lima¹
Hildeu Ferreira da Assunção²

Resumo

A importância do ambiente para a população é contemplada a partir da estreita dependência que essa tem dos recursos que o ambiente oferece para a sua própria sobrevivência. O objetivo desse trabalho é averiguar o uso potencial e o conhecimento popular sobre as espécies nativas do Cerrado, feito pela comunidade do Assentamento Santa Rita, localizado no município de Jataí (GO), e diante desses dados refletir sobre práticas que possam ser incorporadas no cotidiano dessa comunidade para contribuir com o uso sustentável e conservação da biodiversidade local, bem como com a permanência do agricultor familiar na terra. A metodologia consiste no uso da pesquisa qualitativa, utilizando a aplicação de questionários para aferir o grau de conhecimento e de uso da vegetação nativa presente no assentamento. Foram citadas 83 plantas que são utilizadas cotidianamente, dessas 80% são para fins medicinais. Diante de tal realidade é urgente estabelecer estratégias de conservação dos remanescentes de Cerrado, juntamente com o conhecimento que se detém sobre este domínio morfoclimático.

Palavras-chave: Cerrado, Homem-ambiente, Agroecologia.

Introdução

A importância do ambiente para a população é contemplada a partir da estreita dependência que se mantém dos recursos que o ambiente oferece para a sua própria sobrevivência. Aquelas populações que não possuem essa ligação direta e dependente com a vegetação nativa e seus recursos, possuem outros valores e visões, entendendo, muitas vezes, que a vegetação é supridora de madeira, menosprezando e se esquecendo dos recursos vegetais não madeireiros (LIMA, 2013).

O conhecimento sobre o ambiente que as comunidades tradicionais detêm, segundo Hanazaki (2006), podem interferir nas práticas cotidianas, e o conhecimento local acerca da vegetação, inclui também muitas plantas utilizadas com finalidades medicinais, alimentícias, para manufaturas, ornamentais, ou como alimento para fauna.

O conhecimento adquirido e repassado de geração a geração, promove uma relação homem e meio que pode vir a colaborar com a melhoria da qualidade de vida. Conhecer os elementos da flora e/ou fauna e saber como esses podem ser úteis em suas vidas, reforça a ligação das populações com os elementos nativos regionais (LIMA, 2013).

Quando os biomas são fragmentados ou totalmente eliminados, perde-se, dentre tantas outras funções ecossistêmicas, a riqueza representada pelos recursos ambientais, dos quais se poderia fazer o uso sustentável. Aliando o conhecimento das populações locais com as pesquisas científicas voltadas para o manejo ecológico dos ecossistemas tropicais pode-se encontrar soluções para o uso sustentável desses ecossistemas (LIMA, 2013). Dessa forma torna-se possível proporcionar uma maior autonomia para o agricultor, pois por meio de manejos agroecológicos ele teria acesso a uma maior quantidade de recursos que fortalecem sua permanência na terra, tais como recursos madeireiros e alimentícios.

A Agroecologia oferece fundamentos conceituais nos quais os sistemas de produção de base ecológica devem ser desenhados, manejados e estudados de forma a integrar as diferentes áreas do conhecimento e saberes, considerando as dimensões social, econômica, ecológica, política, cultural e ética. Para isto, os agroecossistemas devem ser reconfigurados a partir da sinergia dos saberes populares e do conhecimento científico, e de forma a minimizar a dependência de insumos externos, principalmente, de fontes não renováveis, para garantir sua resiliência e autonomia, atributos importantes de sustentabilidade (CBA, 2017).

O objetivo desse trabalho é averiguar o uso potencial e o conhecimento popular sobre as espécies nativas do Cerrado, feito pela comunidade do Assentamento Santa Rita, localizado no município de Jataí (GO), e diante desses dados refletir sobre práticas que possam ser incorporadas no cotidiano dessa comunidade para contribuir com o uso sustentável e a conservação da biodiversidade local, bem como com a permanência do agricultor familiar na terra.

Populações locais e suas interações com o ambiente

Os sistemas de saberes locais estão baseados, de acordo com Shiva (2003), na capacidade que as florestas têm de manter a vida, pois olhar para a floresta de modo fragmentado limita a capacidade de compreender todo o papel que ela desempenha, deixando de valorizar sua integridade e diversidade.

As florestas oferecem alimento e plantas medicinais para as populações tradicionais e funcionam como proteção dos solos e reguladora dos ciclos da água, além de fornecerem os suprimentos de forragem e fertilizantes, fatores esses, essenciais à agricultura, como afirma Shiva (2003). Ainda de acordo com essa autora, esse conhecimento é transmitido de geração a

geração através da participação nos processos de renovação da floresta e de obtenção do sustento em seus ecossistemas.

O conhecimento sobre o ambiente que as comunidades tradicionais detêm, segundo Hanazaki (2006), podem interferir nas práticas cotidianas, e o conhecimento local acerca da vegetação, inclui também muitas plantas utilizadas com finalidades medicinais, alimentícias, para manufaturas, ornamentais, ou como alimento para fauna.

Discussões acerca do meio ambiente alcançam todas as esferas acadêmicas, políticas e civis, enfim faz parte do cotidiano da sociedade como um todo, em nível local, regional ou mundial. Segundo Carvalho (2010) muitos movimentos sociais se aproximam da causa ambiental, pois defendem uma agricultura ecológica. A combinação entre agricultura de pequena escala e conservação de ecossistemas é defendida por esse autor, o qual trabalha com as comunidades de assentamentos de reforma agrária brasileira. Este autor estudou o Assentamento Agroextrativista Americana em Grão Mogol (MG), com 18,8 mil hectares, sendo 23% de Reserva Legal (RL) e cerca de 40% destinados ao manejo agroextrativista. Lá vivem 72 famílias, porém apenas 11 praticam extrativismo e práticas agroecológicas, e retiram da vegetação nativa para autoconsumo, a madeira, frutas, e plantas medicinais. Enfim, concluiu que a comunidade agrícola representada pelos assentados é fundamental para essa conservação, visto que a agroecologia é praticada pela maioria dos agricultores familiares em seus pequenos lotes de terra.

A importância do ambiente para a população é contemplada a partir da estreita dependência que essa tem dos recursos que o ambiente oferece para a sua própria sobrevivência. Aquelas populações que não possuem essa ligação direta e dependente com a vegetação nativa e seus recursos, possuem outros valores e visões, entendendo, muitas vezes, que a vegetação é supridora de madeira, menosprezando e se esquecendo dos recursos vegetais não madeireiros.

A produtividade, o rendimento e o valor econômico de um ecossistema são vistos de forma diferenciada pela silvicultura e pela visão ecológica. Shiva (2003) define que para as tribos e outras comunidades florestais, um ecossistema é complexo e produtivo em termos de ervas, tubérculos, fibra, patrimônio genético, entre outros, e para o explorador reducionista da silvicultura, esses elementos que compõem o ecossistema das florestas são inúteis, improdutivos e descartáveis. A autora também se refere que com a Revolução Verde, as sementes e as safras das comunidades locais foram consideradas “primitivas”, “inferiores”, “marginais” e de “má qualidade”.

Os modos de produção autóctones têm sofrido pressões em todo o mundo, pela disseminação do modelo agrícola industrial e as consequências da modernização globalizante. Está havendo uma desarticulação dos sistemas agrícolas tradicionais, que visam a subsistência de seus produtores, estão perdendo espaço para a agroindústria e outras atividades que estão crescendo no campo. Essa visível perda não acontece de modo uniforme, pois ainda há lugares que oferecem resistência e ainda persistem.

Se as antigas roças estão sendo substituídas por monoculturas altamente mecanizadas, resta ainda o quintal, o jardim, o pomar, a horta, que retratam a conservação desse modo tradicional de vida, pois cultivar e cuidar das plantas envolve muita afetividade. Em comunidades agrícolas tradicionais, as crianças aprendem desde quando acompanham os adultos às roças e tomam parte nas atividades cotidianas, e quem aprende a plantar, não abandona o hábito tão facilmente, mesmo quando se muda para ambientes mais urbanizados (AMOROZO, 2006).

O conhecimento tradicional das populações que possuem um elo estreito com os elementos naturais do ambiente é desprezado, além de sofrerem, em muitos casos, críticas por fazer uso de remédios caseiros, chás ou “garrafadas” e não optarem por produtos da indústria farmacêutica. Essa realidade, reafirma a necessidade de compreender e registrar o conhecimento empírico detido pelas mesmas.

Guarim Neto (2008) afirma que lançar um olhar etnoecológico sobre o ambiente e as relações que dele emanam é antes de tudo, desvendar os valores escondidos em mensagens que nem sempre são percebidas, e que a sensibilidade é a base para esse entendimento, e a partir desse entendimento se produz conhecimento.

Esse saber está sempre em construção, inclusive o conhecimento sobre as plantas para confecção dos muitos remédios caseiros, utilizados para diversas doenças ou sintomas. Tal sabedoria, certamente resulta da interação entre os membros da comunidade e comunidades vizinhas, troca oral de receitas oriundas da medicina tradicional e das tentativas de resolução dos próprios problemas de doenças, face às deficiências do sistema de saúde vigente e dificuldades que a medicina oficial encontra para chegar às localidades interioranas (SOUZA, 2009).

O conhecimento popular sobre o potencial da natureza, dos recursos que estão ali presentes, não se limitam apenas a medicina, mas a todos os aspectos da sobrevivência humana. Conhecer, interagir, e produzir mais recursos, ao invés de apenas explora-los é fundamental

para fortalecer a ideia de que o homem faz parte da natureza e nela deve permanecer e estabelecer relações de interdependência.

Agroecologia e agricultura familiar: uma possibilidade de promover o desenvolvimento rural sustentável

O campo brasileiro tem sido cada vez mais desnaturalizado e mediado pela técnica, e a natureza encontrada no campo é vista apenas como um recurso que precisa ser aproveitado, que seja pela atividade do turismo rural ou ecológico.

Diante desse tecnicismo e dos muitos progressos da ciência, cujos resultados nem sempre são usados para o bem comum, e sim para a produção, reprodução e para o acúmulo de capital, reflete-se sobre o passado, o presente, e o momento mais crucial, o futuro do homem nesse planeta. É bastante clara a crise agroecológica vivida no presente, e a tendência é seu acirramento para o futuro.

Mendonça (2005) deixa claro essa situação de crise quando afirma que, a qualidade de vida do homem apresenta, uma queda sem limites neste final de milênio, fato que contradiz tamanho progresso da ciência. Porém diante da dominação do capital e o incentivo ao consumismo, preocupam-se apenas a quantidade de tudo que é produzido, abdicando da qualidade dessa produção.

“Contrariando as promessas de desenvolvimento virtuoso impulsionadas pela economia do agronegócio, as regiões de expansão das monoculturas e dos grandes criatórios caracterizam-se por reproduzir estilos de crescimento econômico fortemente concentradores de renda” (PETERSEN, 2017). É nítido que para buscar soluções para essa crise ecológica associada as demais crises, sejam econômicas ou sociais, é preciso repensar o modo de produção atual.

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do mundo, onde 76% das terras agricultáveis estão sob um modelo de produção agroindustrial, o restante das terras (24%) abriga 84% dos proprietários rurais, agricultores familiares que se dedicam a produzir alimentos, ou seja, injustamente, vê-se que nesses 24 % de terras, camponeses e agricultores familiares alimentam 70% da população (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

A agroecologia oferece conhecimentos e metodologias necessárias para desenvolver uma agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e, por outro, altamente produtiva, socialmente equitativa e economicamente viável. Conforme o autor supracitado é

possível produzir integrando os componentes de cada sistema de maneira que se possa aumentar a eficiência biológica, preservar a biodiversidade e manter a capacidade produtiva e de autorregulação do agroecossistema. Os princípios da agroecologia buscam poupar insumos e reduzir custos e riscos, se adequar em zonas mais frágeis, ser congruentes com os sistemas agrícolas, cultura e modos de vida dos agricultores, assim como melhorar a segurança alimentar e nutricional, a saúde e o ambiente (ALTIERI, 2006).

Na maior parte da história da humanidade sempre se produziu imitando o processo natural, baseando-se no reconhecimento, aproveitamento e na criação de diversidade, atuando em sintonia e não em conflito com as leis naturais (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015). Ainda está presente nas populações indígenas, e povos tradicionais esse conhecimento que imita a dinâmica da natureza, da mesma forma a agricultura familiar e camponesa também preservam esse saber e uma agrobiodiversidade.

Diferente da mentalidade agroindustrial que vê os produtores como receptores e replicantes do conhecimento científico moderno, a agroecologia reconhece e valoriza as experiências dos produtores locais, especialmente daqueles com uma longa presença histórica, sendo assim o diálogo de saberes torna-se o princípio fundamental da pesquisa agroecológica (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

A agricultura familiar precisa ser revitalizada, pois sua essência é camponesa, além de outros fatores gerais que podem ser destacados, tais como representar a chave para a segurança alimentar local e mundial; essas pequenas propriedades colaboram com o resfriamento do clima pois conservam mais os recursos naturais e aumentam o sequestro de carbono pelos solos; sendo diversificadas representam modelos de sustentabilidade; são livres de organismos geneticamente modificados (OMGs), ou seja, são agrobiodiversos (ALTIERI, 2012).

Faz-se necessário manter e enriquecer o patrimônio biocultural, e a conservação de sistemas de produção tradicionais representam um caminho apropriado para a manutenção dessa diversidade genética e paisagística local, além de serem um direito social e individual fundamental (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015).

Materiais e métodos

A metodologia consistiu predominantemente no uso da pesquisa qualitativa, como instrumento de coleta de dados, utilizou-se de entrevistas semiestruturadas para aferir o grau de

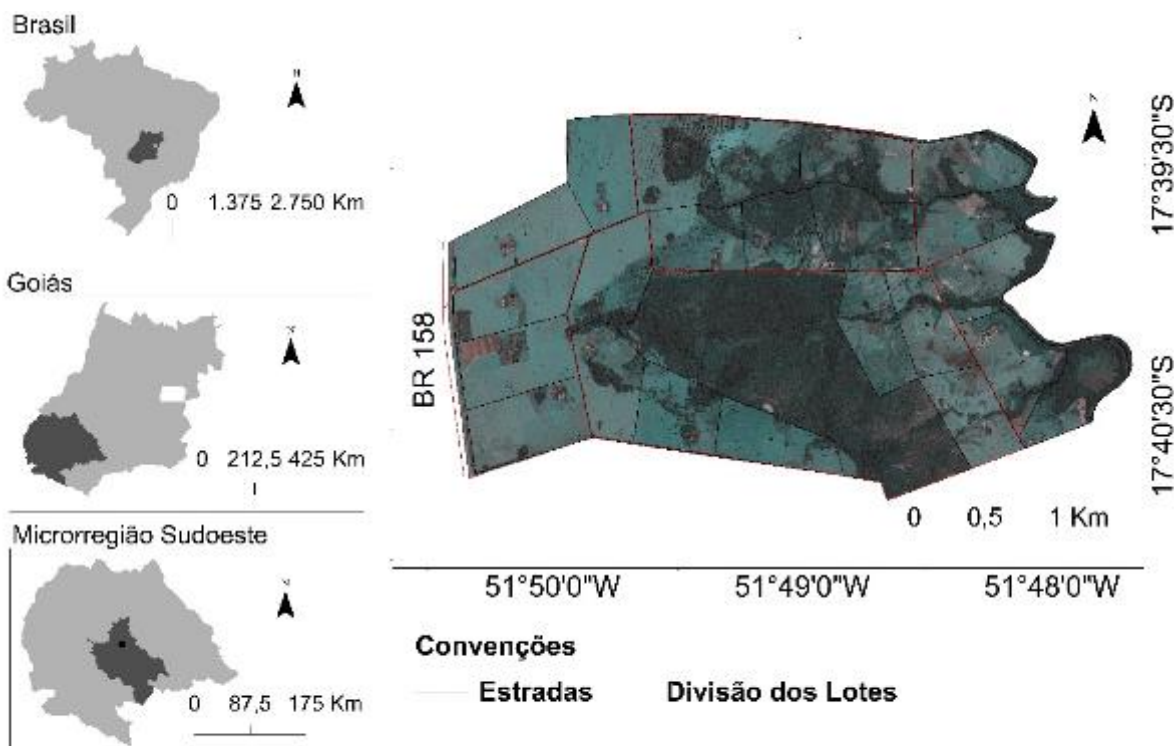
conhecimento e de uso da vegetação nativa presente no assentamento. Entretanto não se dispensou a complementaridade entre a pesquisa qualitativa e a quantitativa, pois segundo Minayo e Sanches (1993, p.247) “do ponto de vista epistemológico, nenhuma das duas abordagens é mais científica do que a outra”, e ainda ressalta que “[...] o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa”.

A pesquisa foi realizada no Assentamento Santa Rita, no município Jataí (GO), situado na microrregião Sudoeste de Goiás, pertencente à mesorregião Sul Goiano. A sede do município está localizada entre as coordenadas geográficas 17° 52’51”S, e 51° 42’50”W, a uma altitude de 696 metros (IBGE, 2016). O município de Jataí possui uma área de 7.174,220 km², ou 717.422 ha. Jataí se constituiu cidade na última fase da expansão do gado que, vindo da Zona Leste do Brasil, através do rio São Francisco, tomou conta de Minas Gerais e veio até Goiás e Mato Grosso. Fato histórico que justifica a predominância das atividades agropastoris até os dias atuais. Com características edafoclimáticas favoráveis, sua economia ainda se baseia principalmente na agricultura, seguida pela pecuária. Os estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 575.103 ha, representando 80% do seu território.

Jataí possui uma população majoritariamente urbana, segundo o Censo 2010, conta com 81.010 habitantes na zona urbana e 6.996 habitantes na zona rural, totalizando 88.006 habitantes no município (IBGE, 2016). Apenas 8% aproximadamente da população do município é rural, sendo que 80% da área são estabelecimentos agropecuários, ou pode-se chamar de empresas rurais capitalistas. São nos assentamentos que se encontra uma maior concentração de habitantes rurais.

Os assentamentos implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) são: Santa Rita, Terra e Liberdade, Nossa Senhora de Guadalupe, Romulos Souza Pereira, Rio Claro, Rio Paraíso e Campo Belo, os quais ocupam uma área total de 13.906.14 hectares, ou seja apenas 2,4% da área total dos estabelecimentos agropecuários. (INCRA, 2017).

O Assentamento Santa Rita ocupa uma área total 961,2 ha, com capacidade para 23 famílias, todas assentadas, e conta com uma Reserva Legal comunitária de 195 hectares (INCRA, 2017). A principal drenagem é o Rio Paraíso, além de outros três córregos: Guerobinha, Barreirinho e Vertente, pertencentes à Bacia do Rio Claro, afluente da margem direita do Rio Paranaíba (Mapa 01).



Fonte: Adaptado da Imagem GeoEye (1B2G3R), janeiro de 2011, resolução 2m.

Autor: QUEIROZ JÚNIOR, V. S., 2011

Mapa 01 – Localização da área de estudo: Assentamento Santa Rita, município de Jataí (GO).

Resultados e Discussão

Segundo Ribeiro e Walter (2008) o Cerrado se distribui, em sua maior parte, no Planalto Central Brasileiro e é o segundo maior bioma do país em área. Compreende toda a região Centro-Oeste do país, espalhando-se por outros estados tanto da região Nordeste como do Sul, e ocupa quase a quarta parte do território nacional prolongando-se além da fronteira com a Bolívia (ALMEIDA, 2005). Sua vegetação apresenta fisionomias que englobam formações florestais, savânicas e campestres, resultantes da diversidade de solos, de topografia e de climas dessa região. Considerando a fisionomia e posteriormente os fatores edáficos, podem ser descritas onze principais fitofisionomias do Cerrado, a saber: Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca, Cerradão, Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral, Vereda, Campo sujo, Campo Limpo e Campo Rupestre (RIBEIRO; WALTER, 2008).

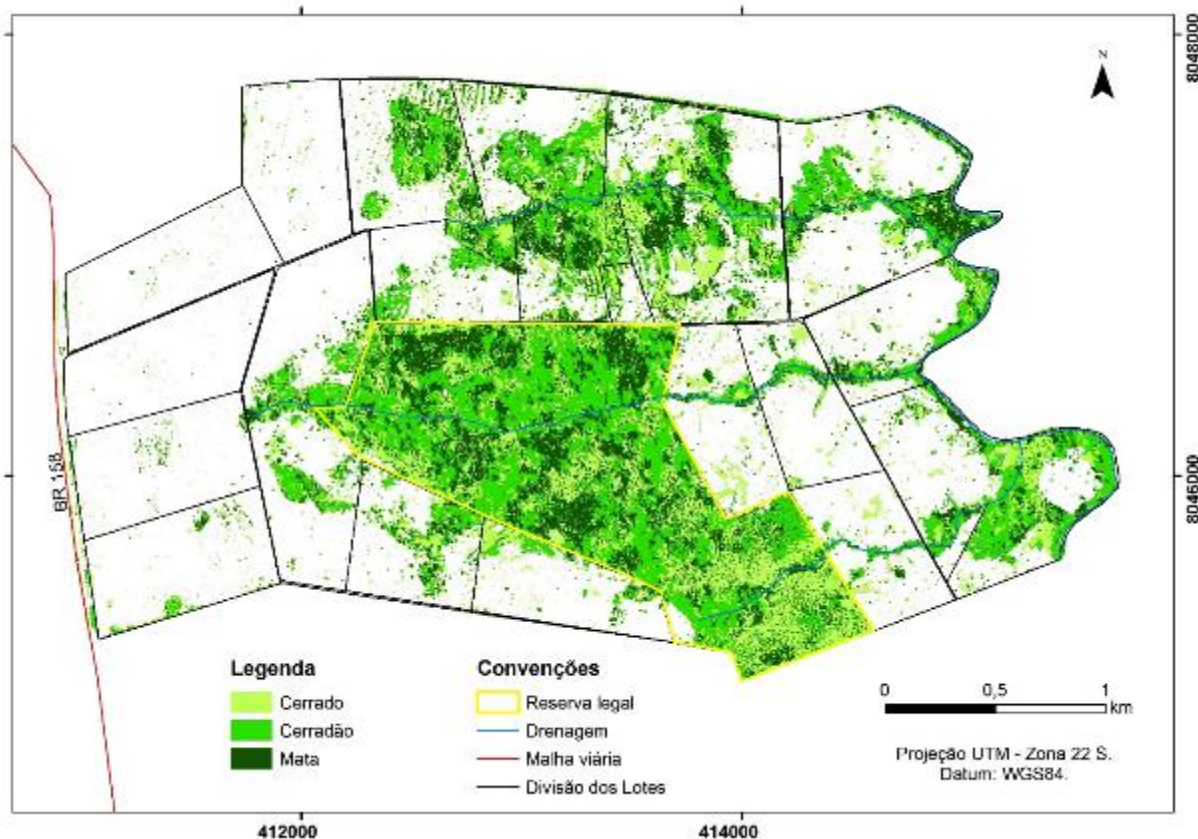
A biodiversidade do Cerrado é elevada, porém geralmente menosprezada, assim como sua multiplicidade habitats e alternância de espécies. Quarenta e quatro por cento da flora é endêmica e, nesse sentido, o Cerrado é a mais diversificada savana tropical do mundo (KLINK;

MACHADO, 2005). Das 10.000 espécies de plantas existentes no Cerrado, 4.400 são endêmicas, ou seja, ocorrem apenas nessa região, representando 1,5% de toda a flora mundial; já o endemismo em espécies animais é consideravelmente menor, mas ainda assim há um grande número de espécies entre os diferentes grupos de vertebrados terrestres (PINTO; DINIZ FILHO, 2005).

O Cerrado possuía 1.783.200 km² de extensão original de vegetação primária, e atualmente possui apenas 356.630 km² remanescentes, ou seja, ainda restam 20% da vegetação original, sendo que 80% já foram convertidas pelos diversos tipos de usos da terra; e apenas pouco mais de 6% desses remanescentes estão protegidos em unidades de conservação (PINTO; DINIZ FILHO, 2005). Segundo o relatório do MMA (2011) que demonstra a situação do desmatamento por municípios, nota-se que entre os dezoito municípios da microrregião do sudoeste de Goiás, o município de Jataí está em quinto lugar no ranking do desmatamento. Em relação à área total do município, 0,15% das áreas de Cerrado foram suprimidas no período de 2009 a 2010.

A conservação do Cerrado deve ser considerada prioritariamente, as transformações geradas nesse ambiente, segundo Klink e Machado (2005), já trouxeram grandes danos ambientais fragmentação de habitats, extinção da biodiversidade, invasão de espécies exóticas, erosão dos solos, poluição de aquíferos, degradação de ecossistemas, alterações nos regimes de queimadas, desequilíbrios no ciclo do carbono e possivelmente modificações climáticas regionais.

Os assentamentos rurais possuem uma característica bem peculiar que é salutar quando se pensa em conservação da biodiversidade, a Reserva Legal (RL) comunitária, que é uma única área de preservação, representando, no mínimo, 20% da área total do assentamento. No caso do Assentamento Santa Rita, essa reserva representa uma área considerável de vegetação remanescente de Cerrado, ou seja, 195 hectares, e a partir de imagens de satélites, identificou-se nessa área as fitofisionomias de Cerrado, Cerradão e Mata (Mapa 02). A categoria “mata” abrange três fitofisionomias: mata galeria, mata seca e mata ciliar; as quais, para serem classificadas separadamente, seriam necessários trabalhos de campo para reconhecimento das mesmas.



Mapa 02 – Áreas de vegetação remanescente de Cerrado no Assentamento Santa Rita, Jataí (GO). Fonte: Adaptado da Imagem GeoEye (1B2G3R), janeiro de 2011, resolução 2m. Organização: LIMA, 2013.

A comunidade assentada faz uso para diferentes fins das plantas encontradas em áreas de vegetação nativa presentes no assentamento. Foram citadas 83 plantas no total, um número bastante expressivo, visto que os resultados de Silva et al (2010) demonstram um total de 87 plantas levantadas nos quatro assentamentos e um acampamento estudados. Considerando as plantas citadas por mais de 30% dos participantes, estão, a saber: aroeira (*Myracrodruon urundeuva*), barbatimão (*Stryphnodendron adstringens*), sangra-d'água (*Croton urucurana*), angico (*Anadenanthera* sp.), jatobá (*Hymenaea* sp.) e maruleite (*Operculina macrocarpa*). Analisando as espécies citadas pelos assentados, as quais utilizam em seu cotidiano, pode-se concluir que os participantes utilizam as plantas para fins medicinais em sua maioria, representando 80%, seguido de 11% para uso alimentício e 9% para uso madeireiro. Segundo Schippmann et al (2002), em termos de espécies individualmente tratadas, o uso de plantas na medicina representa de longe o maior percentual de uso do mundo natural.

Quanto ao uso das plantas do Cerrado e sua frequência, 71% afirmaram que sempre utilizam as plantas para fins medicinais, 19% às vezes usam, apenas 10% não usam. Questionou-se sobre o motivo que os levavam a utilizar as plantas do cerrado para fins

medicinais, e 90% dos assentados afirmaram que fazem uso frequente devido ao conhecimento que já se tem sobre a eficiência dos remédios e chás caseiros, e que a distância da cidade não influencia em suas escolhas, apenas 10% optaram por ir logo ao posto de saúde ou à farmácia. Segundo Silva et al (2010) o extenso uso de plantas medicinais também pode ser devido ao conhecimento e utilização de plantas representarem a única opção de tratamento de enfermidades, em razão do restrito acesso aos programas de saúde. Esse alto percentual de pessoas que utilizam as plantas do Cerrado apela para a necessidade de conservação dos remanescentes de cerrado que existem na área do assentamento, e incentivos, através de cursos de capacitação, para a disseminação do conhecimento tradicional e a troca de experiências entre os assentados. Para Silva et al. (2010) o uso de plantas no Brasil para fins medicinais é extenso, essas plantas são utilizadas até no combate e prevenção ao uso de drogas.

Em relação ao uso trófico, todos os entrevistados afirmaram que utilizam as frutas do Cerrado para complementar a alimentação. Os frutos mais citados foram: gabirola (19%), pequi (19%), e araticum (12%); outras menos citadas, mas não menos importantes foram o cajuzinho-do-campo, maminha-cadela, mangaba, murici, marmelada, guapeva, boca-boca, araçá, pêra-do-cerrado, veludo, pitanga e cagaita (Tabela 01).

Tabela 01 - Uso trófico de frutos do Cerrado pela comunidade do Assentamento Santa Rita, Jataí (GO).

Nome popular	Nome científico	Freq.(%)
Gabirola	<i>Campomanesia</i> spp	19
Pequi	<i>Caryocar brasiliense</i> Cambess.	19
Araticum	<i>Annona crassiflora</i> Mart.	12
Mangaba	<i>Hancornia speciosa</i> Gomes	9
Marmelada	<i>Alibertia edulis</i> A. Rich.	5
Araçá	<i>Psidium guineense</i> Sw.	4
Boca-boca	<i>Buchenavia tomentosa</i> Eichler	4
Cajuzinho-do-campo	<i>Anacardium humile</i> A. ST.-Hill	4
Cagaita	<i>Eugenia dysenterica</i> DC.	2
Guapeva	<i>Pouteria ramiflora</i> Radlk.	2
Gueroba	<i>Syagrus oleracea</i> Becc.	2
Maminha-cadela	<i>Brosimum gaudichaudii</i> Trecúl	2
Murici	<i>Byrsonima crassifolia</i> Kunth.	2
Pêra-do-cerrado	<i>Eugenia klotzschiana</i> O. Berg	2
Pitanga	<i>Eugenia uniflora</i> L.	2
Veludo	<i>Chomelia martiana</i> Muell Arg.	2
Nenhum	-	7,0
Total		100,0

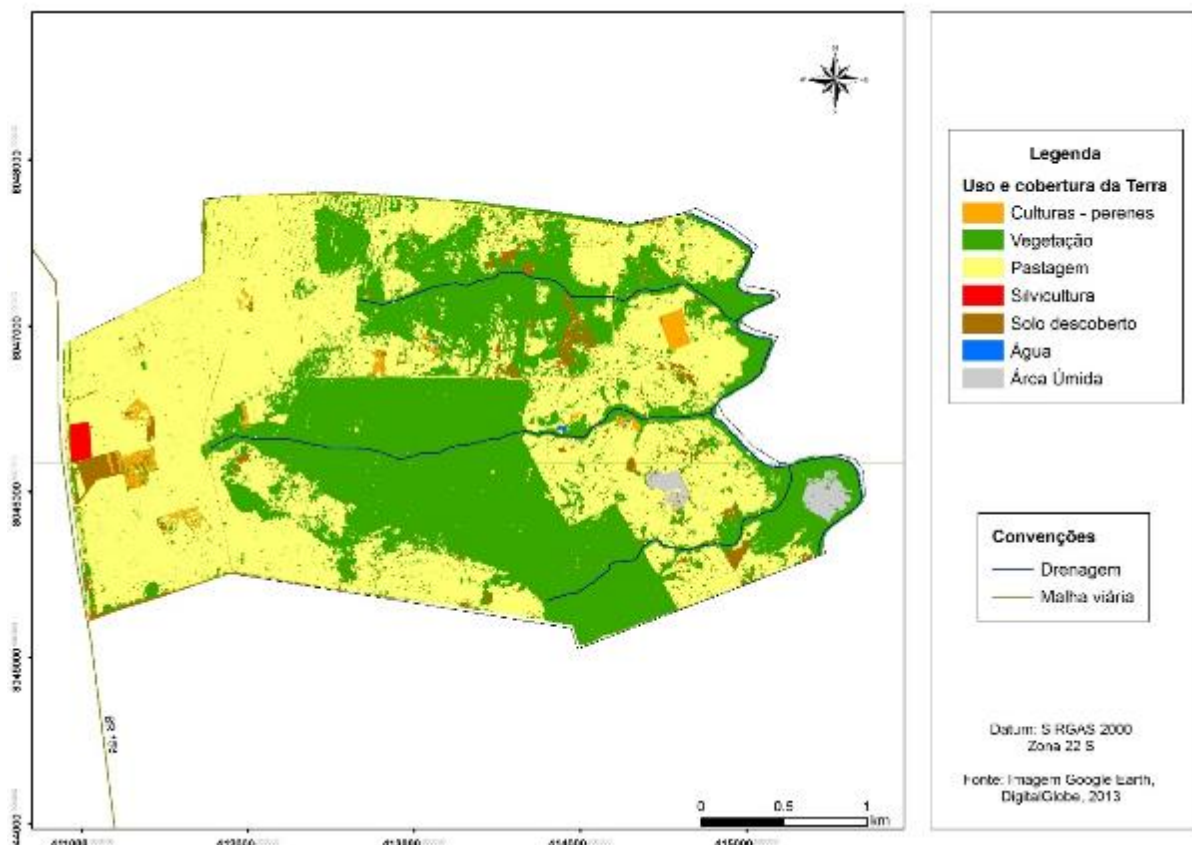
Fonte: LIMA, 2017.

A coleta de sementes e a produção de mudas são realizadas por 55% dos participantes. É necessário destacar que as plantas que são utilizadas pelos assentados são escolhidas para algum fim específico, seja para contribuir com alguma das atividades desenvolvidas nos lotes, ou para decorar a casa. Para fins artesanais, constatou-se que apenas 15% dos participantes utilizam o Cerrado como fonte de matéria prima, entretanto uma das mulheres do assentamento tem uma fonte de renda com a fabricação desses artesanatos, pois os mesmos são comercializados entre vizinhos e na Casa do Artesão na cidade de Jataí (Foto 01).



Foto 01- Artesanatos produzidos por assentada com matéria prima extraída do Cerrado, Assentamento Santa Rita. Fonte: Lima, 2013.

Conforme Benincá (2010) esse projeto de assentamento apresenta características da agricultura familiar; onde as propriedades são pequenas, com produção agropecuária destinada à subsistência do núcleo familiar, e as relações de trabalho são mantidas e perpetuadas dentro desse núcleo. Com um espaço tão pequeno para produzir e garantir a sobrevivência do núcleo familiar, o agricultor é forçado a suprimir a vegetação nativa para aproveitar cada centímetro de solo agricultável. Percebe-se no mapa de Uso e cobertura da terra (Mapa 03), e pelos trabalhos de campo desenvolvidos no local, que existem áreas que ainda não estão empregadas em alguma atividade produtiva, devido a algum fator físico, como a declividade, que limita o uso por falta de recurso financeiro e falta de conhecimento sobre técnicas de manejo. A atividade pecuária é intensa e predominante nesse assentamento.



Mapa 02 – Uso e cobertura da terra, Assentamento Santa Rita, Jataí (GO). Organização: Lima, 2017.

Analisando cada unidade produtiva, existe diversificação da produção. A diversidade de atividades que são desenvolvidas no lote permitiu que o grupo fosse dividido em dois tipos de perfis diferentes.

O primeiro grupo representando 20% dos participantes apresenta uma baixa diversidade de atividades e praticam monocultura (soja e eucalipto). Segundo um dos participantes

incluídos nesse grupo, em seu lote não restou nenhuma área de vegetação nativa, pois a reserva que é exigida por lei está garantida através da área de RL comunitária do assentamento. Em época de colheita optam por contratarem mão-de-obra temporária para contribuir nas atividades laborativas desempenhadas pelo núcleo familiar.

O segundo grupo representando 80% dos participantes, devido ao tipo de manejo dado a terra e ainda a adoção de práticas agroecológicas, demonstram mais apego e ligação com a terra. Em seus lotes existem uma maior diversidade de atividades desenvolvidas, em relação ao grupo anterior, a saber: cultivo de hortaliças, milho, mandioca, banana, cana-de-açúcar para fazer silagem para o gado, criação de aves e suínos, além do cultivo de um pomar bem variado em seu quintal, além de apresentarem um grande conhecimento sobre as plantas do Cerrado. A mão-de-obra para essas atividades laborativas é do próprio núcleo familiar, na grande maioria.

Esse segundo grupo se assemelha com a definição de população tradicional dada por Vivan (2006) “formas de organização social onde ainda prevalece uma organização social e econômica baseada nos laços de parentesco”, também “aquelas que têm um histórico cultural de interações com determinado contexto regional e ecológico, e que desenvolveram no processo regulamentações de acesso e gerenciamento de recursos” e ainda “que esses sistemas de propriedades e controle se dão numa perspectiva de uma organização econômica onde o autoconsumo é a peça central da estratégia”. O autor ainda considera que essa definição adota a noção de que o saber ecológico e a organização sociocultural e econômica se expressam como um conjunto lógico.

Considerações finais

A exploração dos recursos naturais e a intensa exploração do solo por monoculturas são atividades econômicas fundamentais para a manutenção do sistema capitalista de produção, e isso remonta ao modelo difundido desde a colonização brasileira. Esse desenvolvimento almejado e conquistado pelo sistema capitalista apresenta, atualmente, graves consequências socioambientais, é sabido que tanto os povos tradicionais como o ambiente são afetados diretamente. Diante de tal realidade faz-se necessário estabelecer estratégias de conservação dos remanescentes de Cerrado, juntamente com o conhecimento que se detém sobre este domínio morfoclimático, sem que afete a sobrevivência e a permanência dos pequenos agricultores no campo.

Salienta-se a urgência em resgatar o conhecimento das populações que habitam as áreas de Cerrado desde tempos remotos, pois elas representam um importante caminho para perpetuar os saberes e fazeres tradicionais. São nessas pesquisas que se percebe quanto conhecimento é produzido e disseminado fora da academia, e ainda reafirma a força dos agricultores familiares, pois são eles que são capazes de alcançar um desenvolvimento rural sustentável. Portanto, que o cenário exposto possa sensibilizar a comunidade acadêmica, a sociedade comum e os representantes governamentais, sobre a relevância de manter o que ainda resiste do Cerrado e de recuperar as áreas já degradadas, de forma que garanta a segurança alimentar da população e a sustentabilidade ambiental no campo.

Referências Bibliográficas

- ALTIERE, Miguel Ángel. Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável na América Latina do século XXI. In: MOURA, E.G. e AGUIAR, A. C. F. **O desenvolvimento rural como forma de aplicação dos direitos no campo**: princípios e tecnologias. São Luís: UEMA, 2006. p. 83-99.
- ALTIERE, Miguel Ángel. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3. ed. São Paulo, Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012. 400 p.
- ALMEIDA, M. G. A captura do Cerrado e a precarização de territórios: um olhar sobre sujeitos excluídos. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p.115-128.
- AMOROZO, M. C. de M. Agricultura tradicional, espaços de resistência e o prazer de plantar. In: ALBUQUERQUE, U. P. de. et al. **Atualidade em etnobiologia e etnoecologia**. 2. ed. Recife: NUPEEA, 2006. vol. 1, p. 123-131.
- BENINCÁ, M. da C. **O uso de indicadores socioambientais para avaliação do Assentamento Santa Rita, em Jataí-GO**. Jataí, GO: UFG, 2010. Monografia de especialização, Universidade Federal de Goiás, 2009.
- CARVALHO, I.S.H.de. Conservação da biodiversidade no Assentamento Agroextrativista Americana (Grão Mogol-MG). In: **Encontro da Rede de Estudos Rurais**, 4., 2010, Curitiba. Anais eletrônicos... Curitiba: UFPR, 2010. Disponível em: <<http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/Conserva%C3%A7%C3%A3o%20da%20biodiversidade%20no%20Assentamento%20Agroextrativis.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- CBA. **Congresso Brasileiro de Agroecologia**. Disponível em: <<http://agroecologia2017/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.
- GUARIM NETO, G. **Refletindo sobre ambiente e cultura – a etnobiologia, a etnoecologia, a etnobotânica**: o saber tradicional instalado e mantido. Tangará da Serra, MT, jun. 2008. Disponível em: <need.unemat.br/3_forum/artigos.html>. Acesso em: mar. 2012.

HANAZAKI, N. Conhecimento caiçara para o manejo de recursos naturais. In: ALBUQUERQUE, U. P. de. et al. **Atualidade em etnobiologia e etnoecologia**. 2. ed. Recife: NUPEEA, 2006. vol. 1, 17-23 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo agropecuário 2006**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/docs/pub/siteEsp/agro/dwn/CensoAgropecuário.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACAO E REFORMA AGRARIA (INCRA). Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/projetos-e-programas-do-incra/relacao-de-projetos-de-reforma-agraria/file/1115-relacao-de-projetos-de-reforma-agraria>>. Acesso em 27 mar. 2012.

LIMA, Jordana Rezende Souza. **Etnobotânica no Cerrado**: um estudo no Assentamento Santa Rita, Jataí (GO). Jataí (GO): UFG, 2013. 87 f. Dissertação de mestrado, Universidade Federal De Goiás/Regional Jataí (Programa de Pós-Graduação em Geografia), 2013.

KLINK, C. A.; MACHADO, R. B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, vol.1, n. 1, julho, 2005, p. 147-155. Disponível em: <http://www.conservacao.org/publicacoes/files/20_Klink_Machado.pdf>. Acesso em 20 maio. 2013.

MENDONÇA, F. de A. **Geografia e meio ambiente**. 8.ed. São Paulo: Contexto, 2005. 80p.

MINAYO, M. C. de S.; SANCHES, Odécio. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de saúde pública**, Rio de Janeiro, v.9, n.3 p.239-248, jul. /set. 1993.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA). **Relatório técnico do monitoramento do Cerrado**. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/relatoriofinal_cerrado_2010_fi nal_72_1.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2012.

PETERSEM, Paulo. Prefácio. In: ANA (Articulação Nacional de Agroecologia). **Olhares agroecológicos**: Análise econômico-ecológica de agroecossistemas em sete territórios brasileiros. Rio de Janeiro: ANA, 2017. p. 7-15.

PINTO, M. P.; DINIZ FILHO, J. A. F. Biodiversidade no Cerrado. In: ALMEIDA, M. G. (org.). **Tantos Cerrados**: múltiplas abordagens sobre a biogeodiversidade e singularidade cultural. Goiânia: Editora Vieira, 2005, p.115-128.

RIBEIRO, J.F. WALTER, B.M.T. As principais fitofisionomias do bioma cerrado. In: Sano, S.M.; Almeida, S.P.; RIBEIRO, J.F. (eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Planaltina: Embrapa-CPAC, 2008, vol. 01, p. 153-212.

SCHIPPMANN, U.; LEAMAN, D.J.; CUNNINGHAM, A.B. **Impact of cultivation and gathering of medicinal plants on biodiversity: global trends and issues.** Rome: FAO, Inter-Department Working Group on Biology Diversity for Food and Agriculture, 2002. 155p. Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/005/AA010E/AA010e00.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia.** São Paulo: Gaia, 2003, 240 p.

SILVA, J. S.; CARVALHO, J. N. F. de; TEIXEIRA, W. S.; FRANCO, I. O.; RIBEIRO, D. D. Importância do uso de plantas medicinais em comunidades rurais no sudoeste de Goiás. In: **Cadernos de Agroecologia**, vol. 5, n.1, 2010, p. 1-4.

SOUZA, L.F. Recursos vegetais usados na medicina tradicional do Cerrado (comunidade de Baús, Acorizal, MT, Brasil). **Revista Brasileira de Plantas Mediciniais**, Botucatu, v.9, n.4, p.44-54, 2007.